



**SUPERINTENDÊNCIA  
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

[www.suframa.gov.br](http://www.suframa.gov.br)

# **Clipping Local Mídia Impressa**

**Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM**

**Manaus, quinta-feira, 5 de abril de 2012**

|                                                                                            |    |
|--------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| <b>JORNAL DO COMMERCIO</b><br>CAPA .....                                                   | 1  |
| <b>JORNAL DO COMMERCIO</b><br>Para os Estados.....<br>ECONOMIA .....                       | 2  |
| <b>JORNAL DO COMMERCIO</b><br>Indústria segura alta no ICMS .....                          | 3  |
| <b>JORNAL DO COMMERCIO</b><br>Follow-Up .....                                              | 4  |
| <b>JORNAL DO COMMERCIO</b><br>Indústria.....<br>ECONOMIA .....                             | 5  |
| <b>A CRITICA</b><br>DEPOIS DO PACOTE .....                                                 | 6  |
| <b>A CRITICA</b><br>PLANEJAMENTO .....                                                     | 7  |
| <b>AMAZONAS EM TEMPO</b><br>CONTEXTO .....                                                 | 8  |
| <b>AMAZONAS EM TEMPO</b><br>Amazonas é favorável à alíquota única de ICMS .....            | 9  |
| <b>AMAZONAS EM TEMPO</b><br>RISCOS .....                                                   | 10 |
| <b>AMAZONAS EM TEMPO</b><br>MAIS IMPOSTOS .....                                            | 11 |
| <b>DIÁRIO DO AMAZONAS</b><br>PEC de prorrogação da Zona Franca pronta para discussão ..... | 12 |
| <b>MASKATE</b><br>Polo de duas rodas as vésperas do colapso .....                          | 13 |
| <b>MASKATE</b><br>Polo de duas rodas as vésperas do colapso (continuação).....             | 14 |
| <b>MASKATE</b><br>Sefaz cogita isenção.....                                                | 15 |

CAPA

# Páscoa com queda na arrecadação do ICMS

**A**té o momento, as fábricas do PIM não conseguiram recuperar o fôlego na produção. O fraco desempenho refletiu na queda da arrecadação estadual de ICMS do segmento. De acordo com os dados da Sefaz-AM só em março, quando foram recolhidos R\$ 224,7 milhões, a retração foi de 10,37% na comparação com fevereiro e de 0,84% em relação a março do ano passado. Já no acumulado do trimestre, o recuo foi de 0,71% com R\$ 675,45 milhões arrecadados. Entre os vilões, a crise da economia externa e os estoques altos no comércio, que impedem a produção industrial.

**Página A5**

## Para os Estados

# Votação do ICMS vinculada à diminuição de juros

Na chegada ao Senado para conduzir reunião em que a CCJ (omissão de Constituição, Justiça e Cidadania) votaria projeto de resolução sobre o ICMS vigente nas importações (PRS 72/10), o senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) anunciou o adiamento da deliberação sobre a matéria.

Numa reunião na noite da última terça-feira (3) com o ministro da Fazenda, Guido Mantega, ele observou que é necessário mais tempo para decidir a matéria. De acordo com Eunício Oliveira, mesmo tomando dinheiro emprestado aos bancos a uma taxa de 9% de juros, a União o empresta aos estados cobrando até 18%.

"Está havendo uma busca de entendimento. A gente não tem interesse em esmagar os

Estados brasileiros. A taxa spread cobrada no Brasil já é a maior do mundo, mas que seja ela a taxa a ser cobrada quando o governo federal empresta dinheiro aos Estados. O meu estado (Ceará) paga 17,5% de taxa de juros. Nada mais justo que se aplique a taxa Selic para os estados brasileiros. O ministro da Fazenda admite discutir e resolvemos dar um tempo", afirmou Eunício, pouco antes de abrir a reunião da CCJ.

O assunto foi debatido logo depois por vários senadores que apoiaram a decisão de forma unânime. Falaram sobre o assunto, entre outros, Ricardo Ferraço (PMDB-ES), Ana Rita (PT-ES), Pedro Taques (PDT-MT) e Armando Monteiro (PTB-PE).

## Indústria segura alta no ICMS

*Retração em março foi de 10,37% sobre fevereiro e de 0,84% em relação a março de 2011*

Juliana Geraldo

**A**té o momento, as fábricas do PIM não conseguiram recuperar o fôlego na produção. O fraco desempenho refletiu na queda da arrecadação estadual de ICMS (Imposto sobre a circulação de Mercadorias e Serviços) do segmento. De acordo com os dados da Sefaz-AM (Secretaria da Fazenda do Estado do Amazonas) só em março, quando foram recolhidos R\$ 224,7 milhões, a retração foi de 10,37% na comparação com fevereiro e de 0,84% em relação a março do ano passado.

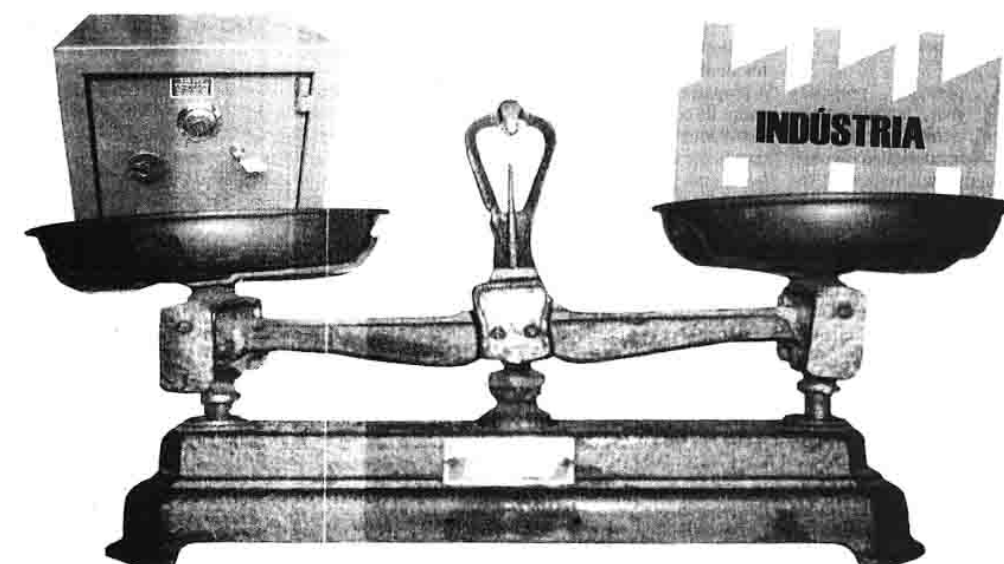
Já no acumulado do trimestre, o recuo foi de 0,71% com R\$ 675,45 milhões arrecadados.

"A crise da economia externa, os estoques altos no comércio que impedem a produção industrial, a continuação da guerra como importadores e a concessão de crédito limitada para o setor de duas rodas agravaram o fator sazonal, que faz com que o período de janeiro a março já seja considerado fraco para a indústria", apontou o vice-presidente do Sinmen (Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Materiais Eletrônicos de Manaus).

Segundo ele, uma melhora só é esperada para a segunda quinzena de abril. "Esse é o período em que a produção começa a dar sinais de aquecimento, mas devido a esses empecilhos, talvez nem em abril teremos recuperação", acrescentou.

Já o presidente do Corecon-AM (Conselho Regional de Economia do Amazonas), Ailson Rezende aposta nas medidas do Plano Brasil Maior 2 para reverter a situação.

"As compras para abastecer o governo vão priorizar os produtos nacionais ao invés dos



importados a partir da metade do ano, o que deve nos ajudar a diminuir o desequilíbrio competitivo. Além disso, o pacote sugere que os bancos passem a liberar os financiamentos. Estamos otimistas", afirmou.

O economista e vice-presidente da Fecomercio-AM (Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Amazonas), Aderson Frota lembra que é preciso aguardar o reflexo da queda na Selic – taxa básica de juros. "A liberação do crédito tem ocorrido aos poucos e o objetivo do Banco Central é de que a Selic termine o ano em 8,75% ao ano. Apesar de não ser a ideal, a situação da economia ainda é melhor do que a experimentada na metade do ano anterior quando o aperto no crédito foi muito mais vigoroso", ponderou.

### Comércio e Serviços

Em contrapartida, os segmen-

tos de Comércio e Serviços apresentaram bom desempenho no trimestre.

Com R\$ 582,9 milhões, a atividade comercial obteve acréscimo de 4,9% no acumulado e um pequeno recuo de 2% em março quando foram recolhidos R\$ 179,06 milhões.

"A retração se deveu principalmente à queda nas vendas de materiais de construção em função das chuvas. Todos os

demais setores apresentaram bons resultados para o período", detalhou Aderson Frota.

O setor de serviços por sua vez apresentou os melhores números com arrecadação de R\$ 53,96 milhões em março e R\$ 164,38 milhões no acumulado do trimestre, crescimento de 13,43% e 15,8%, respectivamente.

Dessa forma, os segmentos garantiram um bom resultado

geral na arrecadação do Estado que somou R\$ 1,53 bilhão entre taxas e impostos, no primeiro trimestre, acréscimo de 3,51% em relação a igual intervalo do ano passado.

Em março, a receita tributária ficou praticamente estável com recolhimento de R\$ 504,65 milhões, sofrendo um pequeno decréscimo de 0,4% na comparação com o mesmo período de 2011.

### Números

#### IMPOSTOS

| Tributos | Março/2012         | %       | 1º trimestre      | %      |
|----------|--------------------|---------|-------------------|--------|
| IPVA     | R\$ 17,30 milhões  | +5,8%   | R\$ 41,10 milhões | +3,3%  |
| ITCMD    | R\$ 202,59 mil     | -16,1%  | R\$ 911,5 mil     | +11,5% |
| Taxas    | R\$ 220,92 mil     | -0,36%  | R\$ 657,25 mil    | +9,82% |
| IRRF     | R\$ 29,20 milhões  | -11,41% | R\$ 65,24 milhões | +9,26% |
| ICMS     | R\$ 457,72 milhões | +0,17%  | R\$ 1,42 bilhão   | +3,26% |

## Follow-Up



EMPRESARIAL

### Mais medidas paliativas

O governo federal, com a intenção de melhorar a competitividade econômica do país, acaba de anunciar mais medidas pontuais e 'verticais', que beneficiam apenas alguns segmentos industriais. Enquanto persistir em ações casuísticas, o governo não irá melhorar significativamente nossa capacidade de competir no mercado exterior.

Na coluna de ontem foram abordadas, de forma abrangente, as causas de nossa baixa competitividade. Além de o real estar valorizado, o que dificulta as exportações, há uma série de outros fatores estruturais – desde baixa produtividade até insegurança jurídica e infraestrutura precária encarecedora dos custos logísticos – que inibem a eficiência da economia e impedem que o país tenha crescimento sustentável de longo prazo. Enquanto essas causas estruturais, que afetam toda a economia (não apenas a indústria), não forem equacionadas, o Brasil não terá condições de utilizar todo o seu potencial de expansão econômica.

A propósito desse tema, Michael Porter fez a seguinte advertência: "Aumentar a produtividade de uma economia a longo prazo deveria ser o principal objetivo da política econômica. Esforços do governo para estimular a demanda a curto prazo

não garantem a prosperidade do país a longo prazo. A tentativa de criar empregos sem melhorar a produtividade não aumenta o padrão de vida dos trabalhadores e a competitividade das empresas". Completando, disse Porter: "Precisamos de instituições políticas efetivas, um regime fiscal sensato, um ambiente de negócios que estimule o empreendedorismo e a inovação. Investimentos na infraestrutura de transporte, comunicação, logística e informação. Mercados de capitais eficientes. E educação de qualidade em todos os níveis". São requisitos para elevar a produtividade dos fatores de produção, assegurando aumentos de salários, maior competitividade econômica e a prosperidade de um país no longo prazo.

#### Felicidade Interna Bruta

A Rio+20 deve avançar na discussão do desenvolvimento sustentável mesmo sem o apoio dos EUA, segundo o Nobel de Economia Joseph Stiglitz, após debate na ONU sobre formas de medir o bem-estar e a felicidade das nações. A ideia de um novo índice – a Felicidade Interna

Bruta (FIB) –, uma alternativa ao PIB (Produto Interno Bruto) para detectar níveis de saúde mental e física das populações, deve ser discutida na conferência que será realizada em junho, no Rio de Janeiro. "É um bom momento. Nossas velhas métricas [para discutir felicidade] são muito ruins", disse o economista. De acordo com ele,

**Tentativa de  
criar vagas  
sem melhorar a  
produtividade  
não aumenta  
o padrão  
devida dos  
trabalhadores**

"O grande erro dos EUA foi não atentar para o lado negativo de um crescimento econômico baseado em dívidas. E erro ainda maior é não entender que esse crescimento não é sustentável ambientalmente." O renomado economista não poupou críticas à falta de compromissos ameri-

canos com temas ambientais. Para Stiglitz, será difícil que os EUA assumam metas na Rio+20: "É importante para o resto do mundo ir adiante mesmo sem os EUA, e acho que os países têm que impor sanções aos EUA." Outro economista laureado com o Nobel, Jeffrey Sachs, disse que é importante que os países na Rio+20 discutam o conceito de Felicidade Interna Bruta. O documento que guiará as discussões na conferência afirma que o PIB é insuficiente para embasar políticas de aumento de bem-estar. Os encontros sobre felicidade promovidos pela ONU (nesta semana) são organizados pelo Butão, país que desde 1970 vem pondo em prática alternativas para medir o bem-estar da população.

#### Bilinguismo protege

Recentes pesquisas de cientistas canadenses mostraram que o cérebro de pessoas bi-

lingues está mais protegido do declínio cognitivo. O estudo, intitulado "Bilinguismo: consequências para a mente e o cérebro", publicado na revista médica "Trends in Cognitive Sciences", indica que o envelhecimento de pessoas fluentes em dois idiomas é menos suscetível a doenças neurológicas como o Alzheimer. "O bilinguismo tem um efeito leve entre os adultos, mas tem impacto maior na velhice, um conceito conhecido como reserva cognitiva", informaram os autores, pesquisadores do Departamento de Psicologia da Universidade de York (Canadá). Os cientistas acreditam que o uso de duas línguas estimula algumas regiões do cérebro que são básicas para a atenção geral e o controle cognitivo.

#### Feriado

Em razão do feriado, a coluna não circulará nesta sexta.

Esta coluna é publicada às quartas, quintas e sextas-feiras e é elaborada sob a coordenação do economista Ronaldo Bomfim.  
cieam@cieam.com.br e rbomfim@hotmail.com

**Indústria**

# Empresários e trabalhadores cobram

*Câmbio desvalorizado, além de juros e spread menores fazem parte das reivindicações conjuntas das categorias*

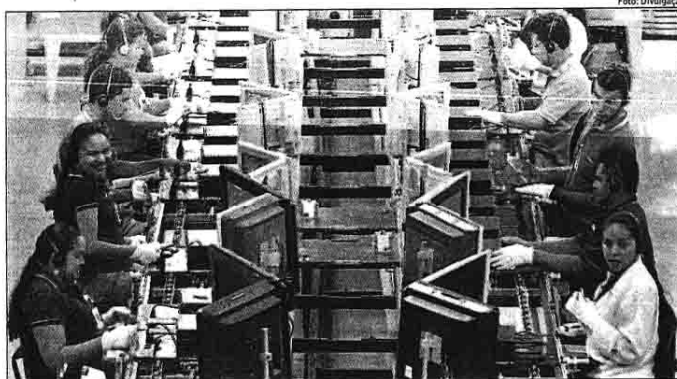
**R**epresentantes dos trabalhadores e dos empresários, reunidos na quarta-feira (4) em uma manifestação em frente à Assembleia Legislativa de São Paulo, elogiaram as medidas apresentadas ontem pelo governo, mas pediram uma ação mais contundente no combate a importações desenfreadas. Durante a manifestação, eles cobraram a desvalorização do câmbio, a redução da taxa de juros e do spread bancário.

"Os principais fatores de perda de competitividade da indústria são câmbio, juros e tributo. E esse tripé pouco mudou. O Brasil é o único país do mundo que tributa quem investe e compra máquina. Enquanto não mudar isso nós vamos ficar igual a cachorro correndo atrás do rabo", disse o presidente da Abimaq (Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos), Luiz Aubert Neto.

"O mundo está em guerra comercial e em guerra você tem de ter medidas emergenciais. A gente tem de colocar barreiras em nossas fronteiras", destacou o presidente da Abimaq.

O governo anunciou ontem novas medidas para aquecer a economia e ajudar a indústria a enfrentar a crise econômica internacional, como parte do Plano Brasil Maior. O governo reforçou ações sobre o câmbio, medidas tributárias, com a desoneração da folha de pagamento, e estímulos à produção nacional. Foram destacadas ainda iniciativas para reduzir o custo do comércio exterior e de defesa comercial. Outra medida é o incentivo ao setor de informação e comunicações.

Foram divulgadas ainda melhores condições de crédito, por meio do BNDES (Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico Social), e condições mais favoráveis para a indústria



*Trabalhadores dizem que medidas do governo atendem parcialmente às reivindicações dos setores produtivos*

automobilística nacional.

O presidente da Força Sindical, Paulo Pereira da Silva, destacou na quarta-feira (4) que as medidas apresentadas pelo governo atendem parcialmente

às reivindicações dos setores produtivos, mas ainda estão aquém do que trabalhadores e empresários esperavam.

"O governo começa a mexer no que a gente vem falando. Co-

meça a atender algumas reivindicações. Mas o governo tem de agir no grande problema que são os juros e o câmbio. Além disso, tem o alto preço de energia e do spread bancário. Não tem como

a gente competir com produto internacional sem mexer nessas questões", ressaltou.

Em um movimento conjunto, centrais sindicais, empresariais e estudantes fizeram na manhã de quarta-feira (4) uma manifestação em defesa do emprego e da produção. O ato Grito de Alerta em Defesa da Produção e do Emprego reúne cerca de 90 mil pessoas, segundo o coronel Wilson Consani, no pátio do estacionamento da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

No início da tarde, o Comando da Polícia Militar informou que Consani é coronel reformado da PM, não tem autorização para falar em nome da corporação e hoje trabalha para a Força Sindical. A PM informou que, embora não tenha uma estimativa sobre o total de manifestantes, o número de presentes era inferior aos 90 mil apontados pelo coronel.

## DEPOIS DO PACOTE

 O pacote de estímulo à indústria brasileira é a primeira resposta efetiva da Presidência da República à demanda feita pelos líderes empresariais do País há duas semanas. Apresentadas na terça-feira, as medidas dividiram opinião tanto dos representantes do setor produtivo quanto de analistas. Para alguns, as ações anunciadas apenas mascaram o problema que a área industrial vive e empurram problemas que são gargalos no desenvolvimento desse segmento. Para outros, é um sinal positivo por parte do Governo Federal e deve abrir caminhos em direção a medidas mais amplas. No pacote, a

desoneração da folha de pagamento atinge 15 setores, e outras medidas entram em vigor para, juntas, estimularem a economia. No Amazonas, refém de um modelo extremamente sensível, os líderes empresariais acenderam o sinal de alerta em decorrência de uma possível uniformização do ICMS em 4%, embora aspectos positivos como mais contratação de pessoal tenham sido destacados. No geral, o pacote melhora o ambiente industrial. O faz sair do imobilismo dos últimos anos e criar cenários mais otimistas. É certo o ponto de vista de que o conjunto de medidas precisa se consolidar e precisa avançar. Não se

encerra nele mesmo e, se assim foi pensado, tornar-se-á de fato uma maquiagem para os problemas cruciais da indústria nacional. O plano de estímulo foi apresentado pelo Governo Federal como uma ação permanente. Nesse sentido, está feito o compromisso público do Governo da presidente Dilma de realizar o todo o processo. Nos próximos dias e nos próximos meses essas respostas precisam ser dadas pelo governo para que não seja mais uma promessa não cumprida. Os empresários, da sua parte, têm que fazer valer essas primeiras medidas e tornarem-se parte ativa de um diálogo maduro e

responsável com o Poder Executivo. Não pode mais ser a compreensão de uma via de mão única. Tal mentalidade ajudou a manter alguns setores em condição de dependência ou sustentados a partir de uma cultura viciada e ainda fortemente enraizada no Brasil. É preciso vencê-la e inaugurar uma outra página. A expectativa, em meio a lamentos e aprovações do pacote, é que o governo Dilma Rousseff possa realizar essa tarefa, eliminando um dos déficits governamentais. Mas igualmente estabelecendo parâmetros civilizatórios que já deveriam ser naturais para um país que vive o estágio do Brasil.

## PLANEJAMENTO

# Desoneração da folha da indústria até 2014

BRASÍLIA (AGÊNCIA BRASIL) - O governo pretende chegar ao final de 2014 com a desoneração da folha de pagamento de todos os setores da indústria, disse ontem o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando Pimentel, depois que foram anunciadas medidas de estímulo à indústria e, entre elas, a desoneração da folha de pagamento para 15 setores. Onze novos setores foram incluídos pelo governo para desoneração da folha. Esses setores ficam isentos de contribuir para a Previdência, passando a ser tributados em 1% a 2% sobre o faturamento.

“Já tem comitês criados para observar o comportamento da arrecadação nesses setores e, seguramente, no próximo ano vamos estar anunciando mais desonerações da folha”, declarou Pimentel ao deixar a reunião do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, no Palácio do Planalto, que contestou as críticas de que no conjunto das medidas anunciadas parte é de ações antigas.

## CONTEXTO

### PEC DA ZFM

O deputado federal Henrique Oliveira (PR) afirmou que, na semana que vem, a Câmara dos Deputados deverá votar a PEC que prorroga a Zona Franca de Manaus (ZFM) por mais 50 anos. Ele disse que o relatório de admissibilidade está pronto para ser votado.

### TRAMITAÇÃO

Henrique informou que, a partir daí, será criada uma comissão especial, escolhido um novo relator, que deve ser um amazonense, e que fará um parecer que será votado em plenário.

### PEC DA ZFM

Itapiranga terá um conjunto habitacional orçado em R\$ 13 milhões. O convênio será assinado pelo prefeito Nadiel Serrão no próximo dia 10, em Itapiranga, com a presença de autoridades estaduais e municipais.

## Amazonas é favorável à alíquota única de ICMS

ANWAR ASSI  
Equipe EM TEMPO

**M**atéria de grande importância para a economia do Amazonas, a votação do Projeto de Resolução do Senado (PRS 72/10), que uniformiza as alíquotas de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), nas operações interestaduais com bens e mercadorias importados, foi adiada, ontem.

Os esforços para acabar com a guerra fiscal entre os Estados brasileiros, com a proposta de unificar em 4% a alíquota do ICMS dos importados, é um tema de total interesse do Amazonas. Isso porque, na avaliação de técnicos da Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz-AM), a alteração nas regras em vigor vai favorecer setores da indústria local, que foram afetados com a concorrência dos produtos importados, como é o caso da produção de condicionador de ar e motocicletas.

O ganho de competitividade desses segmentos compensará as perdas que o Estado terá com a aprovação da alíquota única. Segundo a Sefaz, a unificação vai reduzir em 80% a arrecadação de ICMS, do Amazonas, com esse tipo de transação, que chegou a R\$ 63 milhões, em 2011. "As perdas na arrecadação vão ser supridas por ganhos em outras operações", explicou o assessor da Sefaz, Afonso Lobo.

Para o secretário de Fazenda, Isper Abraham, a unificação das alíquotas de ICMS dos importados é benéfica, porque deixa claras as "regras do jogo" nas transações comerciais nessa modalidade, entre os Estados. "O governo está atento a situação delicada", frisou Isper.



ALEXANDRE FONSECA/ARQUIVO EM TEMPO

A unificação vai reduzir em 80% a arrecadação de ICMS do Amazonas, com a transação de importados. Votação da matéria ficou para a próxima semana

## Sem consenso, votação é adiada

De acordo com o presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Eunício de Oliveira (PMDB/CE), o PRS 72/10 será analisado somente na próxima semana, para dar tempo de se tentar um acordo sobre essa

matéria que tem gerado divergências entre os Estados brasileiros. Um dos pontos polêmicos tem a ver com a adoção de mecanismos para compensar eventuais perdas financeiras de Estados que têm uma arrecadação ex-

pressiva com esse tipo de transação, como Santa Catarina e Espírito Santo.

Os dois Estados estão entre as unidades da Federação que reduziram a alíquota para produtos importados, afetando diretamente a pro-

dução de condicionador de ar e motocicletas no Polo Industrial de Manaus (PIM).

### Empregos

O líder do governo no Senado, senador Eduardo Braga, afirmou que o Brasil não pode

"continuar exportando empregos em função da guerra dos portos". Ele ressaltou que o governo tem feito uma intensa negociação para que os Estados aceitem a proposta de unificar a alíquota de ICMS dos importados, em 4%.

## RISCOS

# Importadores obrigados a devolver as mercadorias

Os importadores de mercadorias que ofereçam riscos sanitários, ambientais ou de segurança terão de arcar com a devolução dos bens ao exterior. A obrigação consta de uma das medidas provisórias publicadas ontem (4) no Diário Oficial da União (DOU) com o pacote de defesa comercial e de estímulo à indústria e aos investimentos privados.

De acordo com o subsecretário substituto de Aduana e Relações Internacionais da Receita Federal, Luís Felipe Reche, a mudança tem como objetivo impedir que o poder público arque com os gastos

de armazenagem e destruição desses artigos. “Atualmente, é comum o importador flagrado pela fiscalização abandonar a mercadoria no país e deixar os custos com o Estado. Muitas vezes, a incineração dessas mercadorias é perigosa para o meio ambiente. A melhor saída é a devolução”, explicou Reche.

O importador ou a transportadora que descumprirem a regra serão multados em R\$ 10 por quilo de mercadoria. No ano passado, 46 toneladas de lixo hospitalar dos Estados Unidos ficaram armazenadas por semanas em Pernambuco.

## MAIS IMPOSTOS

# Indústria de bebidas em alerta

**RICHARD RODRIGUES**

Equipe EM TEMPO

Um dia após o anúncio do plano "Brasil Maior 2", as fabricantes de bebidas do Polo Industrial de Manaus (PIM) iniciaram movimento para não ficarem no prejuízo com a elevação de tributos. Até o fim deste mês, entidades ligadas ao setor devem se reunir com a Associação Brasileira das Indústrias de Refrigerantes e Bebidas Não Alcoólicas (Abir) para reivindicar contra a medida anunciada pelo governo federal, segundo a Federação das Indústrias do Estado do

Amazonas (Fieam).

De acordo com o presidente da Fieam, Antônio Silva, o aumento no recolhimento de impostos comprometerá o bom andamento do segmento, por isso as empresas já discutem ações para tentar reverter a iniciativa do governo brasileiro. "Somos contrários a esse aumento, articulando com a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e a Abir em como as empresas do setor devem proceder contra a medida. Acreditamos que, até o fim do mês, um plano estará traçado e vamos tentar uma reunião com o Ministério do

Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Mdic), para que as considerações do empresariado sejam expostas", disse.

Silva criticou, ainda, a medida adotada pelo governo federal e destacou que a iniciativa vai contra a tentativa de proteger a indústria nacional, conforme o previsto no "Brasil Maior 2". "As fabricantes de bebidas também fazem parte do setor industrial brasileira e precisam receber atenção, por isso, também, precisamos ter os direitos resguardados", salientou o presidente da Fieam.

### O setor no PIM

Segundo informações da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), o setor de bebidas do PIM registrou faturamento de US\$ 16,2 milhões, e conta com oito fabricantes do produto, dentre as quais estão Real Bebidas, Amazon Refrigerantes, Grupo Simões e AmBev. Além das fabricantes de bebidas frias — refrigerantes e bebidas alcoólicas —, o PIM conta ainda com 21 empresas de concentrados. As empresas atendem os mercados nacional e internacional.

## PEC de prorrogação da Zona Franca pronta para discussão

### ▼ Proposta prevê existência do modelo até 2033

**TEXTO** Mário Bentes

**FOTO** Brizza Cavalcante/Ag. Câmara

**BRASÍLIA**

**A** Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 506, de 2010, que trata da prorrogação dos benefícios da Zona Franca de Manaus (ZFM) até dezembro de 2033, já está com o relatório pronto e pode vir a ser discutida já na próxima semana pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados. O relator da PEC, o deputado federal Henrique Oliveira (PR), diz que vai tentar por a PEC na pauta da comissão já na terça-feira (10), apesar do teor do projeto conter pelo menos 106 itens que divergem as opiniões dos demais parlamentares.

“Vamos tentar acrescentar

a PEC de prorrogação da Zona Franca na próxima semana, já na terça-feira, para a apreciação dos deputados. No mais tardar, na quinta-feira da mesma semana”, explicou o parlamentar. A PEC 506/2010 chegou a constar na pauta da CCJ nesta semana, mas acabou sendo adiada a pedido do deputado Anthony Garotinho (PR-RJ), que entendeu que, na ocasião, não havia quórum suficiente para discutir a matéria.

Henrique Oliveira explica que, em caso de aprovação, será criada uma comissão especial na Câmara dos Deputados que vai realizar uma série de audiências públicas para discutir todos os itens da Proposta de Emenda à Constituição. “O passo seguinte será a escolha, por parte do presidente (da Câ-

mara dos Deputados) Marco Maia, de um relator, que esperamos que seja um amazonense”, explica o deputado do PR.

#### Audiências públicas

O relatório da PEC 506, assinado por Henrique Oliveira, reforça a promessa feita pela presidente Dilma Rousseff, na ocasião de sua primeira visita ao Amazonas já como presidente da República, em março deste ano, em que ela afirmou que a Zona Franca de Manaus seria prorrogada por mais 50 anos além do prazo já concedido.

Outro ponto citado no relatório é sobre o interesse da presidente de estender os benefícios fiscais do modelo à Região Metropolitana de Manaus (RMM), incluindo 12 municípios, além da capital.

## Polo de duas rodas as vésperas do colapso

Com as mudanças na legislação que ordena a estrutura funcional das Zonas de Processamento de Exportação, pequenas Zonas Francas que podem mandar pelos ares o modelo local, o setor de duas rodas, o mais antigo e um dos últimos do processo de resistência da ZFM, estaria com os dias contados. Existe no Brasil, em estágios distintos de implantação, algo próximo a três dezenas de áreas de livre comércio com o exterior, denominadas Zonas de Processamento de Exportação (ZPE), com isenções fiscais e regime aduaneiro e cambial especial para empresas que aí se instalem. A bancada do Amazonas, por distração ou despreparo, não está acompanhando as mudanças que serão implementadas a partir das discussões que se iniciam neste mês no Senado e Câmara Federal.

### ✓ Governo avalia isenção de ICMS



## Bahia e Pernambuco

Pressionadas pelas empresas chinesas que querem instalar fabricas no Nordeste, Pernambuco e Bahia, o Senado tende a aprovar de bate-pronto a proposta que aumenta de 20% para 40% do percentual da produção que poderá ser comercializado no mercado interno. O exemplo das ZPEs nordestinas manda pelos ares o polo de duas rodas da Zona Franca de Manaus. Considerando a logística de transpores desses Estados, a oferta de energia e velocidade de conexão de banda larga, a derrota do modelo local é de goleada. Os caminhões sobem carregados do Sudeste em direção ao Nordeste do país e costumam voltar de contêineres vazios, pela escassez industrial da região. Isso seria, literalmente, mão na roda, a rigor, nas duas rondas das ZPEs nordestinas. Duas rodas e TV, com efeito, são os polos que ficaram pra contar a história do esvaziamento do modelo.

## Polo de duas rodas as vésperas do colapso (continuação)

# Vingança do Piauí

O circo já está armado com a Associação Brasileira de Zonas de Processamento de Exportação (Abrazpe), ironicamente conduzida pelo amazonense Elson Barbosa. E de quebra, os acordos vão flexibilizar a regra para evitar que o ato de criação da zona de processamento perca a validade, se as obras não começaram em 24 meses. Pela lei atual número 11.508, de 2007, a ZPE pode ser constituída apenas de empresas que produzam “bens”. É a vingança do Piauí, inspirada na revolta do Amapá, pilotada por Sarney, com quem começou a socialização dos benefícios fiscais com o fito essencialmente eleitoral. É importante distinguir o ato político de seu sucedâneo eleitoral, origem da esmagadora maioria das ZPEs. Dar-lhes estatuto de política pública virou compromisso eleitoral dos ministros do Desenvolvimento e da Integração Regional, atolados até o pescoço na nova modalidade de redução das desigualdades regionais.

## Sefaz cogita isenção

Para segurar a onda e evitar o pior, a Sefaz promove estudos para promover a isenção do Imposto Sobre Circulação de Mercadoria e Serviços (ICMS) para as empresas componentistas. A medida inclui também a unificação das inscrições estaduais que têm níveis de incentivos diferenciados para os “insumos para a produção” e “para o bem final”, de acordo com o diretor de arrecadação da Sefaz, Gilson Nogueira. Esses

são alguns dos entraves do setor de Duas Rodas do Polo Industrial de Manaus (PIM) discutidos em audiência Pública na Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas. A questão que mais incomoda as empresas de duas rodas, decididamente, é a importação de ciclomotores da Ásia, especialmente os de baixa cilindradas da China (50 cc), e na restrição de crédito, além da iminência da instalação das ZPEs no Nordeste.

## Restaram TV e duas rodas



Desde 2009 as fabricantes de motocicletas do PIM estão isentas da alíquota de 25% do ICMS sobre a energia. O pleito trazido pela Honda agora é para as componentistas, já que o imposto acaba sendo um custo adicional também para quem adquire, ou seja, as empresas de bem final. Atualmente são 14 fabricantes de motocicletas, o segundo setor mais importante do PIM, ficando atrás apenas do eletroeletrônico. “Repassei as demandas

par ao secretário ele vai chamar as áreas para fazer um estudo de viabilidade”, disse Nogueira. No caso das duas inscrições estaduais, o diretor informou que para as empresas em geral, não só de Duas rodas, se unificasse facilitaria a mão de obra para quem faz a escrituração fiscal das empresas e reduziria os custos. Por outro lado, interfere no trabalho dos técnicos da Sefaz, porque são níveis de incentivos e restituições diferentes.